



portalbenews.com.br

CRIMSONLOGIC Empresa mira oportunidades para implementar soluções digitais nos portos do país ▶ **p5**

OPINIÃO Augusto Cesar Barreto Rocha explora a desconexão entre as ideias globais sobre a Amazônia e a vida real dos habitantes da região ▶ **p9**

Divulgação/Codeba



Codeba tenta impedir suspensão de alfandegamento

Autoridade Portuária aponta falhas de gestões passadas e trabalha em parceria com Receita para assegurar continuidade das operações ▶ **p6**

Cássio Lyra/BE News

Porto de Santos inaugura posto de eletrificação de rebocadores para reduzir emissões
▶ **p8**



CEARÁ Porto do Pecém propõe alternativa logística para algodão do Nordeste ▶ **p3**

NACIONAL Parlamentares aprovam novo marco para o mercado de carbono no Brasil ▶ **p4**

RIO GRANDE DO SUL Governo do Estado libera R\$ 731 milhões para dragagem nas hidrovias ▶ **p7**

EDITORIAL

Cibersegurança, os portos e a navegação

A conquista do Prêmio Marítimo das Américas em Cibersegurança Portuária pela Portonave, terminal portuário privado de contêineres localizado em Navegantes (SC), chama a atenção para um tema cada vez mais importante nos setores de portos e navegação, mas que ainda não é muito debatido: a segurança cibernética. Ações para implementá-la ou ampliá-la deixaram de ser uma opção e se tornaram uma necessidade imperativa para garantir a competitividade e a segurança das operações portuárias.

Em um mundo cada vez mais digitalizado, onde as informações circulam a uma velocidade vertiginosa, a proteção de dados se torna um desafio constante. Os ataques cibernéticos se sofisticam a cada dia, e os setores portuário e marítimo não estão imunes a essas ameaças. A movimentação de grandes volumes de cargas, a gestão complexa de informações sensíveis e a integração de diversos sistemas tornam esses setores alvos tentadores para cibercriminosos.

A Portonave, ao investir em um sistema de gestão de segurança da informação robusto e abrangente, demonstra sua compreensão dos riscos e sua proatividade em adotar medidas para mitigá-los. A criação de uma equipe especializada, a revisão constante de processos e a implementação de tecnologias de segurança de ponta são ações que demonstram o compromisso da empresa com a segurança cibernética.

A premiação da Portonave serve como um exemplo para outras empresas do setor, incentivando-as a investir em segurança da informação. É fundamental que todos os atores da cadeia logística compreendam a importância da cibersegurança e trabalhem em conjunto para proteger os dados e as operações.

A cibersegurança não é apenas uma questão técnica, mas também cultural. A conscientização dos colaboradores é fundamental para prevenir incidentes. Mais do que nunca, a segurança - também a da informação - é uma responsabilidade de todos. E em um cenário globalizado e altamente competitivo, essa segurança se torna um diferencial competitivo. Empresas que investem em sistemas de proteção de informações demonstram aos seus clientes e parceiros que seus dados estão seguros e que suas operações são confiáveis.

Já se percebe que os setores portuário e de navegação brasileiros estão se adaptando às novas realidades e tomando as medidas necessárias para garantir sua segurança e competitividade. Mas é fundamental que esse movimento se intensifique, com o apoio de governos, empresas e instituições de pesquisa, para que o Brasil possa se consolidar como um país líder em segurança cibernética no setor portuário. Afinal, ao investir em segurança da informação, as empresas do setor contribuem não somente para a proteção de seus ativos e a garantia da continuidade de suas operações, mas também para o fortalecimento da economia brasileira.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ **MANCHETE**
- 6 Codeba apressa soluções para evitar suspensão do alfandegamento nos portos

- HUB**
- 3 Porto de Pecém propõe alternativa logística para algodão do Nordeste

- NACIONAL**
- 3 Explosões em Brasília são tratadas como terrorismo pela Polícia Federal

- 4 Senado aprova novo marco para o mercado de carbono no Brasil

- 5 CrimsonLogic mira oportunidades para implementar soluções digitais nos portos do país

- 7 Brasil amplia exportação de produtos agropecuários para Bolívia

- REGIÃO SUL**
- 7 Governo do RS libera R\$ 731 milhões para dragagem nas hidrovias

- REGIÃO SUDESTE**
- 8 Porto de Santos inaugura posto de eletrificação de rebocadores para reduzir emissões

- OPINIÃO**
- 9 "Amazônia da imaginação e do desperdício", por Augusto Cesar Barreto Rocha

- VITRINE**
- 10 Bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacynara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Explosões em Brasília são tratadas como terrorismo pela Polícia Federal

PF investiga conexões com grupos radicais e outros atentados contra o Estado Democrático de Direito

Marcelo Camargo/Agência Brasil



▲ Durante a entrevista coletiva, o diretor-geral da PF Andrei Rodrigues disse que não descarta o envolvimento de Francisco Wanderley Luiz com os atos de 8 de janeiro do ano passado

Algodão 1

O Porto de Pecém (CE) quer atrair parte do algodão que, hoje, é exportado pelo Porto de Santos (SP). A atenção está voltada principalmente para a produção com origem nos estados da Região Nordeste. Atualmente, o complexo santista responde por 90% dos embarques do algodão brasileiro para o exterior - o Brasil é líder mundial na exportação do produto.

Algodão 2

Para tentar atrair os carregamentos de algodão, diretores do Porto de Pecém, operadores de terminais e exportadores da região se reuniram, na última semana, com representantes da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa). No encontro, foi citado que o Porto de Santos vem registrando sobrecargas nesses embarques e até atrasos.

Algodão 3

O presidente da Abapa, Luiz Carlos Bergamaschi, afirmou que os produtores têm estudado alternativas para o escoamento do algodão, de modo a reduzir custos e ampliar a competitividade do produto. "Um diferencial do Pecém é que ele consegue transportar algodão de uma forma mais rápida para a Ásia. Isso é uma vantagem, porque o comprador quer rapidez na entrega. O Pecém pode exportar algodão do Tocantins, do Maranhão, do Piauí, que pode ser mais competitivo que o próprio algodão da Bahia", argumentou.

Algodão 4

Para atrair essa carga, o gerente de negócios portuários de Pecém, Raul Viana, destaca que o complexo cearense é o caminho natural para o escoamento da produção nordestina "No nosso ponto de vista, não faz sentido: descer a carga daqui para embarcar por Santos para exportação, tendo o Pecém do seu lado, por exemplo. Nossa intenção é mostrar para o mercado a oportunidade de considerarem o Pecém como mais um parceiro para escoar a produção de forma mais fluida", explicou.

Algodão 5

Mas o uso do Porto de Pecém pelos exportadores também envolve desafios. Apesar da direção do complexo afirmar que pode ajustar custos para ampliar a competitividade, o transporte no Ceará enfrenta uma dificuldade pontual - um trecho da BR-020 não é pavimentado, dificultando a movimentação da carga.

Audiência

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará na próxima terça-feira, dia 19, a partir das 10 horas, uma audiência pública para debater as normas de autorização para as empresas que desejam operar serviços de navegação. A sessão será transmitida pelo canal da Antaq no Youtube.

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenews.com.br

vertentes", completou.

A suspeita da Polícia Federal é de que a intenção de Francisco Wanderley Luiz, conhecido como Tiu França, era atacar os membros da Suprema Corte, em especial o ministro Alexandre de Moraes. Os investigadores analisam os componentes dos explosivos utilizados e a possibilidade de financiamentos e apoio logístico de terceiros.

"A investigação buscará apontar o material que foi utilizado para cometer esses atos, estudar o processo produtivo para tentar identificar a origem do explosivo", afirmou Andrei Rodrigues. "São artefatos artesanais, mas que foram construídos com um grau de lesividade muito grande", observou.

Foi divulgada também a informação de que, junto aos pertences do criminoso, foi encontrado um extintor de incêndio carregado com combustível, gasolina, que simula um lança-chamas. Além disso, as autoridades estão analisando as operações de veículos suspeitos nas proximidades do local do atentado.

Andrei Rodrigues não descartou a hipótese de envolvimento de Francisco Wanderley Luiz com os atos de 8 de janeiro de 2023. Isso porque, por meio das redes sociais e na casa alugada pelo investigado, localizada a cerca de 30 km do STF,

foram encontrados indícios fazendo menção a um ato de vandalismo realizado na ocasião, na estátua da Justiça.

"Há indícios de um planejamento de longo prazo. Essa pessoa já esteve em outras oportunidades em Brasília. Inclusive, segundo relatos de familiares, estava em Brasília no começo do ano de 2023", contou Rodrigues. "Ainda é cedo para dizer se houve participação direta nos atos de 8 de janeiro. Isso a investigação vai apontar, mas essa pessoa estava aqui no começo do ano", finalizou.

Também participaram da coletiva José Roberto Peres, superintendente da Polícia Federal do Distrito Federal, e o delegado Flávio Maltez Coca.

Tragédia

Na noite de quarta-feira (13), duas explosões ocorreram na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Francisco Wanderley Luiz, ex-candidato a vereador em Santa Catarina, foi identificado como responsável pelo ataque. Na ocasião, ele colocou artefatos explosivos próximos ao Supremo Tribunal Federal e ao Anexo IV da Câmara dos Deputados, resultando em sua morte.

As forças de segurança da capital federal realizaram uma operação de varredura durante a noite para desativar os arte-



A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO APONTA QUE GRUPOS EXTREMISTAS ESTÃO ATIVOS E É NECESSÁRIO QUE NÓS ATUEMOS DE MANEIRA ENÉRGICA. NÃO SÓ A PF, MAS TODO O SISTEMA CRIMINAL DE JUSTIÇA. O EPISÓDIO NÃO É UM FATO ISOLADO E ESTÁ CONECTADO A VÁRIAS OUTRAS AÇÕES QUE A PF TEM INVESTIGADO EM UM PERÍODO RECENTE"

ANDREI RODRIGUES
diretor-geral da Polícia Federal

fatos explosivos encontrados no local. O prédio principal do Supremo Tribunal Federal foi inspecionado por agentes da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Distrito Federal como medida preventiva. Por enquanto, o acesso ao tribunal está restrito.

NACIONAL

Senado aprova novo marco para o mercado de carbono no Brasil

Projeto cria sistema de compensação para emissões e prevê incentivos para práticas de preservação ambiental

Jonas Pereira/Agência Senado



O projeto aprovado pelos senadores cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa e estabelece dois tipos de mercados para a negociação de créditos

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redeneews.com.br

O Senado Federal aprovou na última quarta-feira (13) o Projeto de Lei que estabelece um novo marco regulatório para o mercado de carbono no Brasil. A proposta tem como objetivo regular as emissões de gases de efeito estufa no país e criar mecanismos para que as empresas compensem suas emissões por meio de créditos gerados por projetos de preservação ambiental.

Após a decisão dos senadores, o PL nº 182/2024 retorna para análise e parecer na Câmara dos Deputados. O projeto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e estabelece dois tipos de mercados para a negociação de créditos.

O mercado regulado será obrigatório para as empresas que emitem mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono por ano, como é o caso das indústrias de cimento, metalurgia, petróleo e gás. As companhias

terão a obrigação de compensar suas emissões adquirindo créditos no mercado e poderão vender créditos excedentes caso suas emissões fiquem abaixo do limite estabelecido.

Já o mercado voluntário, como o nome sugere, oferece adesão opcional. Empresas ou indivíduos que desejam neutralizar suas emissões de forma independente poderão participar desse sistema. As transações de créditos de carbono serão baseadas na oferta e na demanda, e o valor dos créditos poderá variar conforme o tipo de projeto que os gerou.

O projeto também prevê a criação de um órgão dedicado a gerenciar e supervisionar todas as atividades associadas ao novo sistema. A implementação do SBCE ocorrerá gradualmente, iniciando com uma fase de transição de 12 meses, que poderá ser prorrogada por mais um ano, caso o mercado precise de mais tempo para adaptação.

Durante esse período, as empresas precisarão ajustar suas operações e iniciar o monitoramento das emissões de gases de efeito estufa, com exigências progressivas de relatórios e compensações. Após a fase ini-

APÓS A DECISÃO DOS SENADORES, O PL Nº 182/2024 RETORNA PARA ANÁLISE E PARECER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. O PROJETO CRIA O SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SBCE) E ESTABELECE DOIS TIPOS DE MERCADOS PARA A NEGOCIAÇÃO DE CRÉDITOS

cial, o sistema passará a funcionar plenamente, com metas mais rigorosas e regras detalhadas para o cumprimento das obrigações ambientais.

Entre as punições previstas, estão multas que podem chegar a até 3% do faturamento bruto da companhia, a perda de benefícios fiscais, proibição de contratos com a administração pública por até três anos e o cancelamento do registro para venda de créditos de carbono.

O texto ainda institui que 75% dos recursos arrecadados com as transações de créditos de carbono serão direcionados ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e 5% serão reservados para iniciativas de compensação voltadas a povos indígenas e comunidades tradicionais. O restante, 15%, será utilizado para operar o SBCE, assegurando sua gestão e continuidade.

Embora o projeto imponha obrigações rigorosas aos setores mais poluentes, o setor agropecuário foi deixado de fora do sistema de emissões obrigatórias. No entanto, empresas do segmento poderão se beneficiar da venda de créditos caso comprove que realizou ações de captura de carbono, como o plantio de árvores ou a implementação de práticas sustentáveis de uso da terra.

Além disso, os estados brasileiros poderão criar seus próprios mercados de carbono, o que permitirá uma gestão local mais detalhada dos créditos gerados dentro de seus territórios. As unidades federativas também poderão administrar os créditos originados em áreas privadas, como propriedades

rurais que implementem projetos de conservação ambiental.

Contexto mundial

A aprovação do projeto ocorre no momento em que o Brasil aumenta sua meta de redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa, de 59% para 67%, até 2035. O anúncio foi realizado pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin na quarta-feira (13), durante a COP 29, a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorre esta semana em Baku, no Azerbaijão.

A relatora do texto, senadora Leila Barros (PDT-DF), pontuou que a aprovação se alinha ao Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

“Alinha-se sobretudo à urgência de medidas efetivas para a proteção do regime climático, por meio da redução de emissões e da remoção de gases de efeito estufa (GEE), cujo aumento do efeito da concentração atmosférica altera o clima da Terra e traz imensos prejuízos econômicos, sociais e ambientais”, disse a senadora.

CrimsonLogic mira oportunidades para implementar soluções digitais nos portos do país

Em visita à sede do Grupo Brasil Export, diretor sênior para a América Latina falou ao BE News sobre os planos da empresa

ALEXANDRE FERNANDES
alexandre.fernandes@redebeneews.com.br
Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O diretor sênior da CrimsonLogic para a América Latina, Gustavo Davis, esteve na quinta-feira (14) em Santos, litoral de São Paulo, e visitou a sede do Grupo Brasil Export. A vinda do executivo ao país tem como principal objetivo fortalecer as parcerias com complexos portuários nacionais, com atenção especial ao Porto de Santos, o maior da América do Sul.

Reconhecida mundialmente no setor portuário, a CrimsonLogic tem como principal acionista a PSA, a operadora portuária de Singapura. A empresa atua em 43 países e se destaca por oferecer soluções

digitais para operações em portos, incluindo o Port Community System (PCS), sistema de integração que conecta informações das operações portuárias.

Embora essencial para otimizar operações, o PCS ainda não está implementado em nenhum porto brasileiro, o que motivou o interesse da CrimsonLogic em explorar o potencial do mercado nacional.

“Estamos muito interessados no mercado brasileiro”, afirmou Davis em entrevista exclusiva ao BE News. Ele mencionou que a presença da empresa no país coincidiu com a participação na World Customs Organization's Technology Conference & Exhibition 2024, realizada entre os dias 12 e 14 deste mês no Rio de Janeiro. Durante o evento, foram discutidas soluções tecnológicas para apoiar



Segundo Davis, a visita a Santos foi uma oportunidade para a CrimsonLogic compreender desafios logísticos e identificar possibilidades de implementação de tecnologias inovadoras

as alfândegas no desempenho de suas funções e fortalecer o comércio exterior.

Segundo Davis, a visita ao Porto de Santos foi uma oportu-

nidade para a CrimsonLogic compreender os desafios logísticos e identificar possibilidades de implementação de tecnologias inovadoras.

“Estamos analisando como podemos entrar no mercado e colaborar com a comunidade portuária local, buscando alianças com empresas e entidades brasileiras. Nosso objetivo é combinar o know-how de Singapura com nossa experiência na América Latina e no Caribe para contribuir com o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro”, explicou o executivo.

Visita

Na sede do Brasil Export, Gustavo Davis se encontrou com o

Gustavo Davis esteve na sede do Brasil Export e foi recebido pelo CEO Fabrício Julião, que reforçou o trabalho do grupo de promover o diálogo e integrar profissionais do segmento

CEO do grupo, Fabrício Julião. “Mais uma vez reforcei o trabalho do Grupo Brasil Export de promover o diálogo e integrar profissionais do segmento, comprometido com o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil. Obrigado, Gustavo, pela gentileza e pelo aprendizado que tive”, postou Julião nas redes sociais.

Também receberam o representante da CrimsonLogic o presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Joel Julius; a diretora-executiva no HUB Brasil Export, Karina Martins; e o diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export, Bruno Merlin.

Gustavo Davis participou em outubro da edição 2024 do fórum Brasil Export, em Brasília (DF). Ele foi um dos debatedores do painel “Implantação do Port Community System (PCS) no complexo portuário-marítimo de Santos”.



Brasil amplia exportação de produtos agropecuários para Bolívia

Novas autorizações incluem produtos de reciclagem animal, reforçando o comércio entre os países

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O Ministério da Agricultura e Pecuária anunciou na quinta-feira (14) que o Brasil obteve autorização do governo da Bolívia para exportar produtos de

reciclagem animal, como hemo-derivados, hemoglobina e plasma de bovinos e suínos. Os insumos são utilizados principalmente na indústria de rações devido ao seu alto valor nutritivo.

Em 2023, o fluxo comercial entre os dois países atingiu US\$3,31 bilhões, com o Brasil registrando um superávit de US\$ 278 milhões. A Bolívia figu-

rou como o 35º maior destino das exportações brasileiras e o 30º maior fornecedor de produtos ao Brasil.

Os itens de maior destaque nas vendas brasileiras para a Bolívia foram siderúrgicos, como ferro, aço, barras e cantoneiras, que representaram 6,1% do total, além de automóveis de passageiros, com participação

de 3,8%. Entre as compras feitas pela nação sul-americana, o gás natural foi o produto predominante, com 86%, seguido por fertilizantes químicos, com 4,8%.

Neste ano, as exportações agrícolas do Brasil para a Bolívia somaram até agora cerca de US\$ 300 milhões, com os produtos florestais liderando em

volume.

Segundo o Governo Federal, esta é a segunda autorização concedida pela Bolívia. Em dezembro do ano passado, o Brasil obteve permissão para exportar ovos férteis para o país. Com essa nova liberação, o agronegócio brasileiro chega a 198 aberturas de mercado em 2024.

REGIÃO NORDESTE

Codeba apressa soluções para evitar suspensão do alfandegamento nos portos

Companhia atua com Receita Federal e forças de segurança para assegurar operação de cargas e proteger a economia baiana

Divulgação/Codeba



Os portos de Salvador e de Aratu podem perder a autorização para realizar despachos aduaneiros em suas áreas públicas nos próximos dias, pegando a Codeba de surpresa

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redeneews.com.br

A Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) iniciou as negociações com a Receita Federal logo após a notificação de uma possível suspensão do alfandegamento dos portos públicos do estado. O objetivo é criar uma força-tarefa para garantir que os acordos já firmados sejam cumpridos dentro do prazo.

“Estamos empenhados em resolver os problemas e garantir que os portos da Bahia sigam operando com segurança e eficiência”, afirmou ao BE News o presidente da Codeba, Antônio Gobbo, destacando que o trabalho está sendo realizado em conjunto com a Cesportos (Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos), a Polícia Federal e a Receita Federal.

Os portos de Salvador e de Aratu podem perder a autorização para realizar despachos aduaneiros em suas áreas públicas já nos próximos dias, decisão que pegou a administração da Codeba de surpresa e gerou grande preocupação. A medida

afeta especialmente a movimentação de cargas de projeto e empresas que operam nessas áreas, embora não impacte as zonas arrendadas, como o Teccon em Salvador e os terminais de Aratu.

O presidente da Codeba afirmou que a empresa foi notificada sobre a possibilidade de cancelamento do alfandegamento pela Receita Federal em agosto e que, desde então, tem trabalhado para resolver a situação, mantendo-se adimplente com o acordo estabelecido. O problema, que remonta a 2011, ainda não foi totalmente solucionado.

Em nota, a administração da Codeba destaca que essas questões, acumuladas ao longo de mais de uma década, não foram solucionadas por gestões anteriores, e agora, a atual diretoria, que assumiu a gestão em dezembro de 2023, está intensificando os esforços para corrigir as falhas e evitar um impacto negativo na economia baiana.

Segundo Gobbo, a preocupação sobre a suspensão do alfandegamento surge em um contexto de falhas estruturais que se arrastam desde 2011, quando gestões passadas foram alertadas para a necessidade de melhorias nos sistemas de con-

“
A SUSPENSÃO DO ALFANDEGAMENTO SERIA UM RETROCESSO SIGNIFICATIVO PARA O SETOR, PODENDO REDIRECIONAR O FLUXO DE CARGAS PARA OUTROS PORTOS E PREJUDICAR A ECONOMIA LOCAL, JÁ QUE A BAHIA É UM DOS PRINCIPAIS CENTROS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL”

ANTÔNIO GOBBO
presidente da Codeba

trole e vigilância dos portos. No entanto, esses problemas “não foram adequadamente tratados, o que gerou o risco de comprometer a competitividade e a

eficiência dos portos da Bahia”, diz.

A Codeba afirmou que, com o objetivo de reverter essa situação, iniciou um diálogo direto com a Receita Federal logo após a notificação, criando uma força-tarefa para garantir que os acordos necessários sejam cumpridos dentro do prazo estipulado.

Melhorias

A diretoria da Codeba informa que, desde que assumiu a gestão, já deu início a uma série de melhorias nos sistemas de vigilância, monitoramento e segurança nos portos baianos. A gestão também está implementando uma agenda de investimentos para 2025, que inclui a contratação de sistemas de monitoramento mais modernos, tanto terrestres quanto aquáticos, com o objetivo de integrar ainda mais os controles fiscais e operacionais. O projeto visa aumentar a competitividade do setor portuário da Bahia e garantir que o estado atenda a padrões internacionais de certificação, o que poderá atrair mais negócios e investimentos para a região.

“A recente inauguração da rota transoceânica Brasil-Chi-

na, que conecta diretamente a Baía de Todos-os-Santos ao mercado asiático, é um exemplo claro do impacto positivo das medidas de modernização implementadas pela Codeba. No entanto, a suspensão do alfandegamento seria um retrocesso significativo para o setor, podendo redirecionar o fluxo de cargas para outros portos e prejudicar a economia local, já que a Bahia é um dos principais centros de comércio exterior do Brasil”, disse Gobbo.

A Autoridade Portuária da Bahia afirmou que está cumprindo todas as medidas acordadas com a Secretaria da Fazenda (SEF) e que o processo de regularização segue dentro do prazo. A Codeba disse, ainda, que caso a suspensão ocorra, tomará todas as medidas judiciais, legais e administrativas necessárias para reverter a decisão, solicitando um prazo adicional para finalizar as melhorias.

“Por fim, a Codeba salienta que os responsáveis pelas omissões e falhas das gestões anteriores, que contribuíram para a atual situação, serão responsabilizados conforme as normas legais vigentes, buscando garantir a eficiência e a segurança dos portos da Bahia no futuro”, concluiu a nota.

Governo do RS libera R\$ 731 milhões para dragagem nas hidrovias

Serviços emergenciais deverão começar na próxima semana, segundo a Portos RS

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebenews.com.br

O Governo do Rio Grande do Sul anunciou a liberação de R\$ 731 milhões para dragagens nas hidrovias gaúchas, que sofreram com o acúmulo de sedimentos resultantes das enchentes que atingiram o estado no mês de maio. Segundo o Governo Estadual, os recursos serão utilizados para execução de serviços de batimetria e dragagem em mais de 320 quilômetros de hidrovias interiores, além de cerca de 40 quilômetros de canais na área portuária de Rio Grande e seu canal de acesso. A dragagem emergencial deverá começar na semana que vem.

A quantia foi definida após reunião do comitê do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). O investimento vai auxiliar na reconstrução da infraestrutura e dos equipamentos do Porto de Porto Alegre, que ficou por alguns meses com as operações suspensas em razão dos eventos climáticos no estado gaúcho.

Além disso, servirá para restaurar as profundidades dos canais de navegação, incluindo o Porto de Rio Grande, a hidrovia da Lagoa dos Patos, o Guaíba e o Delta do Jacuí, os canais do Rio São Gonçalo e trechos dos rios dos Sinos, Caí e Gravataí.

Os serviços, considerados emergenciais, começarão na próxima semana, de acordo com a Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul. A dragagem vai iniciar pelos pontos con-



Divulgação/Portos RS

os recursos serão utilizados para execução de serviços de batimetria e dragagem das hidrovias interiores, além dos canais na área portuária de Rio Grande e seu canal de acesso

siderados mais críticos, sendo eles o canal de Itapuã e o canal do Furado Grande, no Rio Jacuí, entre Porto Alegre e a região metropolitana.

Outros locais em que have-

rá operação emergencial são os canais de Pedras Brancas, Feitoria e Leitão.

“Essa aprovação é fundamental para que tenhamos a capacidade de fazer os investi-

mentos necessários. São obras fundamentais para que se tenha uma retomada completa na navegação e nas nossas infraestruturas. Essa aprovação dá a celeridade necessária para a execução dessas obras”, disse o presidente da Portos RS, Cristiano Klingner.

Dois encalhes

Em duas semanas, duas embarcações encalharam no canal de Itapuã em razão da presença de sedimentos no canal de navegação. Enquanto os serviços de dragagem não iniciarem, a Autoridade Portuária determinou que todos os navios com calado de 5,18 metros aguardem a janela meteorológica de aumento no nível da água na Lagoa dos Patos para seguir viagem. A outra alternativa é que os navios terão que aliviar cargas em Rio Grande.

INFRA TALKS

28.11.2024
Arena B3/São Paulo

KEYNOTE SPEAKERS

PACTO ECOLÓGICO EUROPEU - ASPECTOS REGULATÓRIOS



LUIS VEIGA MARTINS
Diretor de Sustentabilidade da Nova SBE

DIVERSIDADE, EQUIDADE & INCLUSÃO



LUCIMARA FERREIRA
Fundadora da Assessorlux

FINANCIAMENTOS SUSTENTÁVEIS



RODRIGO TAVARES
Fundador e CEO do Granito Group e colunista da Folha de S. Paulo

Evento em conjunto com:



Faça sua inscrição:



Iniciativa:



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Realização:



Correalização:



REGIÃO SUDESTE

Porto de Santos inaugura posto de eletrificação de rebocadores para reduzir emissões

Localizado na margem direita, sistema vai abastecer até três embarcações simultaneamente

Cássio Lyra/BE News



O sistema, conhecido como Onshore Power Supply (OPS), foi viabilizado em parceria com o Sindiporto e as cinco empresas que atuam com rebocadores no Porto de Santos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) inaugurou na quinta-feira (14) o novo sistema de fornecimento de energia de terra que será aplicado para os rebocadores que atuam no maior complexo portuário do país. O posto eletrificado, instalado no cais de Outeirinhos, na margem direita, dá início ao plano de descarbonização do Porto de Santos (SP).

O sistema, conhecido como Onshore Power Supply (OPS), foi viabilizado em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Apoio Portuário (Sindiporto) e as cinco empresas que atuam com rebocadores em Santos: Wilson Sons; Sul Norte; Camorim; Saam Towage e Svitzer.

O posto eletrificado permite abastecer com energia limpa três rebocadores de forma si-

multânea - o Porto de Santos possui uma frota de 21 rebocadores. A energia é fornecida pela Usina Hidrelétrica de Itatinga, que abastece a Autoridade Portuária e outros terminais.

Quando estiverem acostados, aguardando para serviços de manobras de navios, as embarcações poderão manter o funcionamento de sistemas de refrigeração e demais equipamentos, sem consumir combustível fóssil, assim reduzindo a quantidade de emissões de carbono.

“Com a eletrificação do cais deixaremos de emitir 8,4 toneladas de dióxido de carbono todos os dias, isso considerando apenas os três rebocadores conectados. 165 quilos de óxido de nitrogênio e 21 quilos de dióxido de enxofre. Isso é um ato simbólico e representa o início de um programa muito mais amplo. Hoje, não se organiza nenhuma infraestrutura do mundo, dessa importância, sem que haja uma integração do porto com as cidades, e respeito ao ESG, principalmente na

pauta de descarbonização”, comentou o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini.

O Porto de Santos é a primeira Companhia Docas do Brasil a contar com um posto eletrificado, que foi denominado de Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica de Terra para Rebocadores pela companhia que administra o cais santista. A instalação das tomadas teve custo de R\$ 100 mil custeados pelas empresas que operam rebocadores.

De acordo com o presidente do Sindiporto, trata-se de uma grande mudança das operações das embarcações que atuam em Santos.

“Os rebocadores ficam dois terços do tempo aguardando ordens para novos trabalhos e manobras de navios. Eles usam geradores movidos a óleo diesel para gerar energia, usados para movimentação de bombas, iluminação, ar-condicionado. Com a nova tecnologia, a gente consegue economizar 15% de todo esse óleo diesel consumido, deixando de usar

os geradores quando os rebocadores estão parados aguardando novas ordens”, disse Marcio Castro, que também é diretor-executivo da Divisão de Rebocadores da Wilson Sons.

Futuro

De acordo com o presidente do Porto de Santos, há um plano macro para que mais áreas de cais possuam postos eletrificados para atender mais rebocadores e, num futuro mais distante, outros tipos de embarcações.

“Temos um programa de descarbonização do Porto de Santos, capitaneado por técnicos profissionais, que estudam há muitos anos o que o mundo vem fazendo em relação ao tema. O porto precisa se destacar pela boa capacidade de movimentação de cargas, mas também pelas boas ações para descarbonização e principalmente para preservação do meio ambiente. A ideia é que tenhamos, em um futuro próximo, todo o cais preparado para

que nossos navios e rebocadores utilizem energia 100% limpa”, comentou Pomini.

Pomini disse que a APS espera que navios de cruzeiro também sejam incluídos no programa de eletrificação enquanto estiverem atracados.

Os rebocadores estão entre as embarcações que mais emitem gases de efeito estufa no setor portuário. Segundo o presidente do Sindiporto, a eletrificação se configura como uma das ações imediatas para o segmento.

“Todos os operadores de rebocadores buscam a todo momento reduzir suas emissões. Novas ações estão sendo feitas, novos projetos vão trazer maior eficiência para operações, entre outras iniciativas que estão sendo focadas”, explicou.

Segundo o gerente de Utilidades da Autoridade Portuária, Rafael Apolinário, o plano é que mais cinco eletropostos para atender rebocadores sejam instalados no Porto de Santos até o final do ano que vem.



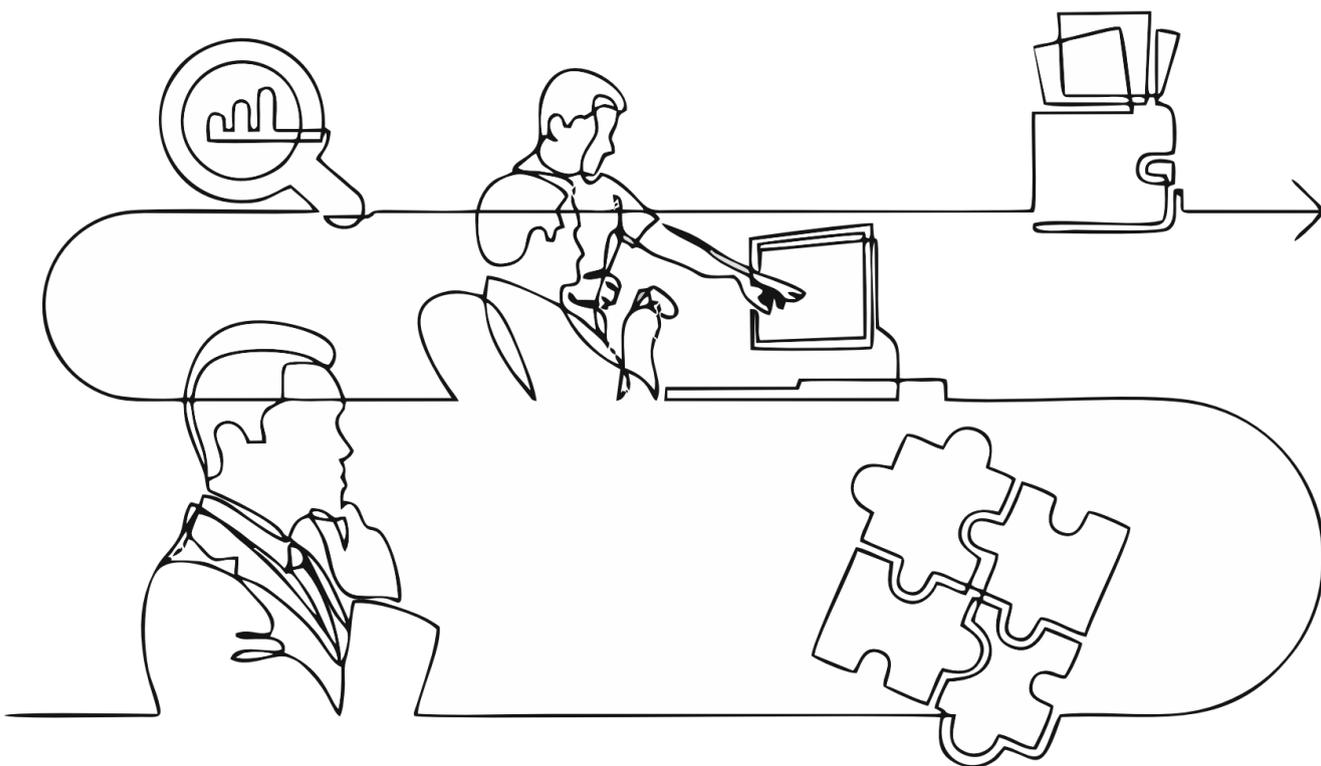
AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinio@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Amazônia da imaginação e do desperdício



A

Amazônia faz parte do imaginário e da realidade concreta. Para a quase totalidade do mundo, é apenas uma imaginação. Uma criação mental que é normalmente muito distante da realidade concreta de quem vive nela. Mesmo para um habitante da

área urbana de uma capital, como Boa Vista, Belém ou Manaus, o modo de vida de um ribeirinho ou de um morador e pequena cidade do interior é tipicamente algo muito distante da realidade concreta, do trânsito ou das dificuldades da vida urbana.

Imagine a dissonância do imaginário de um morador de metrópoles como São Paulo ou Londres. Este distanciamento dos problemas, das realidades e das oportunidades de vida leva a um choque de culturas, expectativas e de perspectivas. E é assim que se dá a quase totalidade das discussões contemporâneas sobre a Amazônia: no campo das imaginações e muito distante das realidades concretas. Mesmo quando são desenhados planos para o futuro, um ribeirinho tipicamente tem mais consciência de sua insignificância do que alguém no centro dos limitados poderes institucionais nacionais ou internacionais.

Este “estamento burocrático” utilizado por Raymundo Faoro em sua interpretação da realidade brasileira, inspirado por Max Weber, pode ser trazido para a continuada relação

desigual da região com o País. A imensidão territorial faz com que o imaginário seja muito maior do que seria o razoável. A dissonância é gigante. Muitos se acham “certos”, mesmo que sua visão sequer tenha a mínima proximidade das realidades concretas. E, o pior, o que mais frequentemente acontece são dois diálogos, recheados de “certezas”, discutindo sobre algo completamente desconhecido.

Há muita dificuldade de harmonizarmos dentro de cada pedaço da região o que seria o “certo” ou o minimamente apropriado. Enquanto as decisões sobre a Amazônia seguirem a negligenciar os que moram nela, teremos conflitos e desperdícios, nas vidas práticas e na economia. Para muito além das ideologias possíveis do mundo, precisamos que as instituições da região retomem seus papéis de liderança. O Regimento da Suframa precisa ser revisado e devolvido a ele a função de trabalhar as estratégias regionais. A Sudam pode também retomar esta função. Os governos estaduais precisam liderar estes posicionamentos, para além do mero extrativismo.

As infraestruturas que possibilitarão a mudança das realidades precisam ir além da hipocrisia da inércia. É necessário um esforço concreto de proteção e de entendimento da Amazônia. Fora disso, seguiremos um mundo de “faz de conta” e a discutir mundos imaginários, enquanto as populações locais são sugadas e o País segue a desperdiçar potenciais, que, por ora, estão apenas nas imaginações de todos.

IMAGINE A DISSONÂNCIA DO IMAGINÁRIO DE UM MORADOR DE METRÓPOLES COMO SÃO PAULO OU LONDRES. ESTE DISTANCIAMENTO DOS PROBLEMAS, DAS REALIDADES E DAS OPORTUNIDADES DE VIDA LEVA A UM CHOQUE DE CULTURAS, EXPECTATIVAS E DE PERSPECTIVAS. E É ASSIM QUE SE DÁ A QUASE TOTALIDADE DAS DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A AMAZÔNIA

VITRINE

vitrine@redebeneews.com.br

A coluna Vitrine está muito mais especial nesta edição, trazendo flashes os bastidores da missão internacional deste ano do Fórum Brasil Export. Pela primeira vez, a programação de visitas técnicas foi realizada a partir de um cruzeiro marítimo, com as autoridades e lideranças empresariais conhecendo alguns dos principais portos do Mar Mediterrâneo durante as escalas do luxuoso MSC Fantasia, entre os últimos dias 3 e 11. Na agenda, paradas estratégicas em Gênova, Nápoles e Palermo (os três na Itália), La Goulette (Tunísia, no norte da África), Barcelona (Espanha) e Marselha (França). E para fechar a missão com chave de ouro, um jantar reunindo todos os participantes e acompanhantes. Confira a seguir.

Divulgação/Grupo Brasil Export



Toda a programação da missão internacional foi capitaneada pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião. Na foto, registrada durante a visita ao terminal de contêineres do Grupo CMA CGM no Porto de Marselha, ele está ao lado da diretora-geral dos terminais da CMA CGM no complexo francês, Stephanie Le Nir, e do diretor comercial da Santos Brasil, Ricardo Buteri.

Divulgação/Grupo Brasil Export



No jantar de confraternização da missão, em close especial para o Vitrine, o superintendente da Transglobal, Renato Freitas, e sua esposa, Daniela.

Divulgação/Grupo Brasil Export



Uma mesa transbordando conhecimento sobre política e tecnologia: à frente, o senador Sérgio "Petecão" Cunha (PSD-AC) e sua esposa, Marfisa Galvão; e completando a foto, o diretor da ModalGR, Danilo Abbondanza, e sua Amanda.

Divulgação/Grupo Brasil Export



Entre as lideranças do Porto de Santos (SP), o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Régis Prunzel, e sua esposa, Luciana, e o diretor-executivo do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), Evandro Pause, ao lado de sua Tathiane Borges.

Divulgação/Grupo Brasil Export



Entre ótimas histórias e boas risadas, o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, acompanhado por sua Vera, e o diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas, com a esposa Alessandra.

Divulgação/Grupo Brasil Export



Um belo momento família: Vanessa e Marcelo Zovico (que está à frente da Superintendência Jurídica da Autoridade Portuária de Santos), com sua bela filha Caterina.

É claro que tem muito mais para mostrar sobre a missão internacional do Brasil Export. Confira novos flashes na próxima